

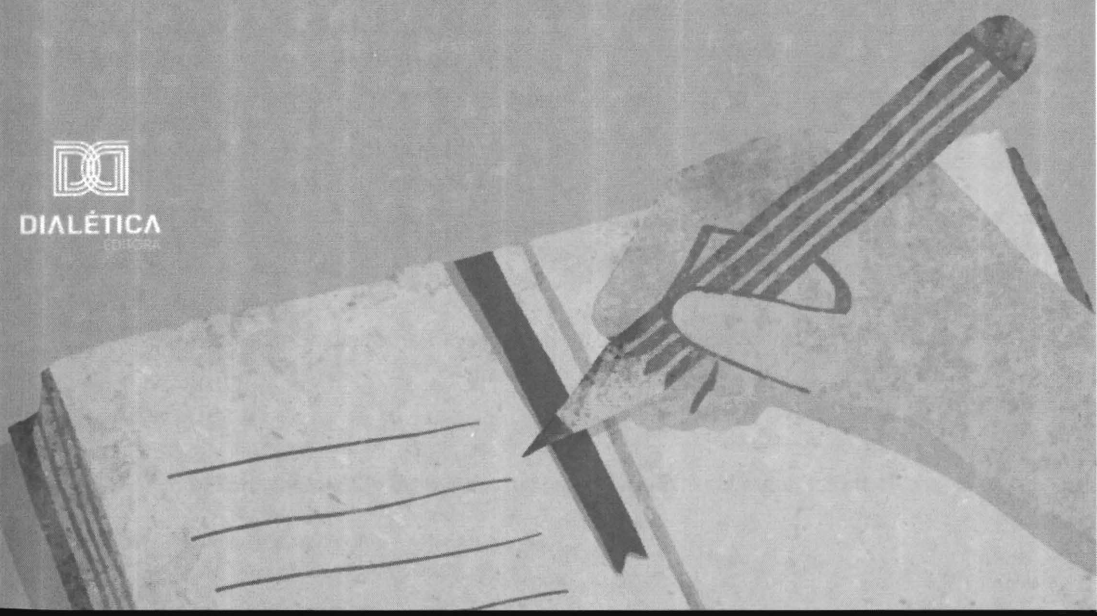
Marcus Vinícius Gazzola

A (in) elegibilidade do

ANALFABETO



DIALÉTICA
EDITORA



Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização da editora.

Copyright © 2022 by Editora Dialética Ltda.
Copyright © 2022 by Marcus Vinícius Gazzola.



DIALÉTICA
EDITORA

f /editoradialetica

@editoradialetica

www.editoradialetica.com

EQUIPE EDITORIAL

Editores

Profa. Dra. Milena de Cássia de Rocha
Prof. Dr. Rafael Alem Mello Ferreira
Prof. Dr. Tiago Aroeira
Prof. Dr. Vitor Amaral Medrado

Designer Responsável

Daniela Malacco

Produtora Editorial

Camila Gabarrão

Controle de Qualidade

Maria Laura Rosa

Capa

Ana Paula Medeiros

Diagramação

Tanise Agnez

Preparação de Texto

Anna Moraes
José Rômulo Moreira Júnior

Revisão

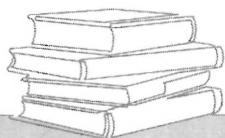
Responsabilidade do autor

Assistentes Editoriais

Jean Farias
Larissa Teixeira
Ludmila Azevedo Pena
Thaynara Rezende

Estagiários

Diego Sales
Laís Silva Cordeiro
Maria Cristiny Ruiz



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G291i Gazzola, Marcus Vinícius.
A (in) elegibilidade do analfabeto / Marcus Vinícius Gazzola. – São Paulo :
Editora Dialética, 2022.
188 p.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-252-5987-1

1. Analfabetismo. 2. Direitos humanos. 3. Participação política. I. Título.

CDD 341.481

CDU 342.7

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. OS DIREITOS POLÍTICOS	17
1.1 Introdução e delimitação dos direitos políticos	17
1.2 Direitos políticos como direitos fundamentais	22
1.3 As Constituições brasileiras e os direitos políticos positivos e negativos	24
1.4 Inelegibilidades Constitucionais	31
1.5 O analfabetismo e o Poder Constituinte	34
1.6 O conceito de analfabeto para a UNESCO e para a Justiça Eleitoral	39
1.7 Direito à participação política, cidadania e democracia	43
1.8 O direito eleitoral e seus princípios estruturantes	53
2. O DIREITO ELEITORAL COMPARADO	65
2.1 Introdução	65
2.2 O Sistema Norte-Americano	66
2.3 O sistema francês	72
2.4 O sistema português	77
2.5 Demais sistemas eleitorais	79

2.5.1	O sistema Alemão	80
2.5.2	O sistema Cipriota	81
2.5.3	O sistema Esloveno	82
2.5.4	O Sistema Argentino	82
2.5.5	O sistema Venezuelano	83
2.5.6	O Sistema Boliviano	84
2.5.7	O sistema de El Salvador e Chile	85
2.6	Conclusões acerca do direito comparado	86

3. A EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL, AS EXIGÊNCIAS DA UNESCO E O DILEMA DA FRATERNIDADE E SUSTENTABILIDADE **89**

3.1	Introdução	89
3.2	O primeiro censo realizado no país em 1872	90
3.3	Breve resumo dos censos em relação à alfabetização até o ano de 2010	91
3.4	O último censo demográfico de 2010	97
3.5	A leitura dos dados e metas estipuladas pela UNESCO	100
3.6	A crise histórica da Educação e a intrínseca relação com a formação do Brasil	103
3.7	O dever de fraternidade constitucional	117
3.8	A sustentabilidade e o respeito pelos “saberes locais”	126

4. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A REGRA DA INELEGIBILIDADE EM FUNÇÃO DO ANALFABETISMO: PODE A CONSTITUIÇÃO SER INCONSTITUCIONAL?	135
4.1 A visão de Otto Bachof e os tratados de direitos humanos	135
4.2 O §3º do art. 5º da CF e a questão proposta: crise democrática, regra eleitoral ultrapassada ou Constituição Inconstitucional?	140
4.3 Os caminhos para constitucionalizar a Constituição Federal de 1988: Integração Nacional por um Estado fraterno, altruísta e voltado à sustentabilidade local	153
4.4 Mutação constitucional e posicionamento contrário	162
CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
REFERÊNCIAS	173